COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 4.959, DE 2009

Modifica a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, extinguindo o prazo decadencial para que seja requerida a revisão do ato de concessão de benefício previdenciário no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.

Autor: Deputado FERNANDO CORUJA

Relator: Deputado JOFRAN FREJAT

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Fernando Coruja, propõe alteração ao art. 103 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 – Planos de Benefícios da Previdência Social –, para extinguir o prazo de decadência para a revisão de benefícios previdenciários, hoje fixado em dez anos.

Em sua justificativa, alega o Autor que não havia, no âmbito da Previdência Social, limite de tempo para a revisão dos valores dos benefícios até a égide da Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997, que introduziu o prazo de decadência de dez anos para essa revisão. Posteriormente, a Lei nº 9.711, de 20 de novembro de 1998, reduziu o prazo decadencial para cinco anos. Entretanto, a Medida Provisória nº 138, de 19 de novembro de 2003, convertida na Lei nº 10.839, de 5 de fevereiro de 2004, reintroduziu o prazo de decadência de dez anos.

Afirma que o Ministério da Previdência Social, antes da vigência dessa mudança, argumentava que a mesma traria segurança jurídica às relações com segurados e beneficiários,

mas que, de fato, implicou maior prejuízo aos trabalhadores mais humildes, com menor acesso à informação e ao Judiciário.

Entende que, em funções de dispositivos constitucionais, o emprego do instituto da decadência é *“extremamente contestável na esfera previdenciária, que tem por finalidade precípua assegurar aos beneficiários os meios indispensáveis à sua sobrevivência”*.

O Projeto de Lei nº 4.959, de 2009, foi distribuído às Comissões de Seguridade Social e Família e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

II - VOTO DO RELATOR

O art. 103 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, fixa para os benefícios da Previdência Social prazos de decadência – direito de ação do segurado para revisão de benefícios – em dez anos, e de prescrição – direito de haver prestações vencidas, restituições ou diferenças devidas – em cinco anos.

O Deputado Federal Fernando Coruja propõe a extinção do prazo decadencial para a revisão dos benefícios previdenciários, o que, no nosso modo de entender, confronta com a devida segurança jurídica de devedores e credores públicos e privados.

Dessa forma, em que pese sua intenção, a alteração ora proposta mostra-se temerária, ao não estabelecer prazo de decadência para os pedidos de revisão de benefício da Previdência Social.

O seguro social público e obrigatório a cargo da Previdência Social, que opera no regime de repartição, ou seja, as contribuições correntes custeiam as despesas mensais de vinte e seis milhões de benefícios, deve buscar a sustentação financeira e atuarial do sistema, nos termos do artigo 201, da Carta Magna, *in verbis*:

“Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, (...)”

.....”

Diante disto, propomos, sem prejuízo ao sistema previdenciário e mantendo a segurança jurídica, aumento do prazo decadencial para vinte anos, o que atenderá aos anseios dos beneficiários, bem como à Administração Pública, ao evitar-lhe insegurança quanto à indefinição dos pedidos de revisão de benefícios.

Justifica-se a proposta, em razão de que grande parte da população brasileira, em especial os segurados da Previdência Social, não tem acesso à internet e, também, pela própria precariedade dos serviços prestados nos postos da Previdência Social.

Vale mencionar, ainda, como justificativa para o aumento do prazo decadencial, o baixo nível de desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste, além do evidente aumento da expectativa de vida do povo brasileiro, que hoje ultrapassa os 70/75 anos.

Registre-se, por fim, que o prazo prescricional de cinco anos permanece na forma estipulada no parágrafo único do artigo 103 da Lei nº 8.213, de 1991.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.959, de 2009, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2010.

Deputado JOFRAN FREJAT
Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.959, DE 2009

Modifica o *caput* do art. 103 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para elevar o prazo decadencial para revisão de benefício de dez para vinte anos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 103 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 103. É de vinte anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei passa a vigorar na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2010.

Deputado JOFRAN FREJAT
Relator